



UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: notas para o debate

Tatiane Oliveira Cruz¹
Elaine Farias de Santana²
Janielly Oliveira Pontes³
Najara Sousa Medeiros⁴

Resumo

O presente trabalho traz uma sucinta discussão sobre a atuação do Serviço Social na Educação, a partir dos anos de 1990 no Brasil, quando ocorre um considerável aumento da presença destes profissionais nesta área, em consonância com o Projeto Ético-Político. O resultado dessa ampliação aponta que a Educação vem se tornando uma área importante para a inserção do Serviço Social, por se tratar de um espaço sócio-ocupacional que apresenta diversas expressões da “questão social”. A metodologia do trabalho será a análise de produções recentes que refletem sobre a atuação dos/as profissionais de Serviço Social na área educacional.

Palavras-chave: Serviço Social; Assistente Social; Educação.

Abstract

This paper presents a brief discussion on the role of Social Work in Education, from the 1990s in Brazil, when a considerable increase in the presence of these professionals in this area, in line with the Ethical-Political Project. The result of this expansion shows that education has become an important area for the insertion of Social Work, for it is a socio-occupational space that presents various expressions of "social question." The methodology of the study will be the analysis of recent productions that reflect on the actions of / the Social Service professionals in education.

Keywords: Social Work; Social assistant; Education.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: tatianeoc86@gmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: elainefarias.santana@hotmail.com

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: najara.sm@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A presença do Serviço Social na área da Educação remonta á década de 1930 desde a gênese dos processos sócio-históricos que constitui a profissão. Entretanto, é na década de 1990 que o debate acerca da atuação desses profissionais na educação ganha destaque em conformidade principalmente com o amadurecimento teórico-político da profissão, expresso na construção do projeto Ético-Político profissional.

Neste sentido, estudos recentes revelam que o Serviço Social no âmbito Educacional vem desenvolvendo uma prática de suma importância para a efetivação de direitos. Destacamos que é somente através das nossas mobilizações, discussões, organizações e nossa luta diária que iremos construir uma prática voltada para buscar mudanças na atual conjuntura.

Desse modo, o presente estudo tem como finalidade contribuir com o processo de discussão sobre a presença do Serviço Social na Educação, bem como debater como vem se desenvolvendo a prática desses profissionais no espaço educacional. Diante disso, buscaremos analisar a conjuntura atual, na qual, vive-se uma época de regressão dos direitos e desmoronamento do legado de conquistas históricas da população brasileira.

2 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SERVIÇO SOCIAL

A educação no Brasil se fundou sob bases elitistas e classistas com viés religioso, e o acesso a esta era bastante restrito, como afirma Silva e Mazzuco (2005), quando diz que a educação no período imperial sustentava uma relação com o trabalho sem o objetivo de qualificação para as atividades produtivas, ressaltava apenas a formação das elites rurais (aristocráticas e personalistas) servindo como aporte para distinguir o trabalho intelectual do manual, reforçando o ideário de organização do sistema capitalista.

Nesse contexto, a educação adentra o século XX ainda sob as mesmas bases da era imperialista, entretanto, a partir das décadas seguintes, esta passa a absorver diversas mudanças. Em 1961 foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases estabelecendo que o ensino no Brasil pudesse ser fornecido tanto pelo setor público quanto pelo setor



privado em todos os níveis. Em contrapartida a LDB também obrigou o Estado a investir 12% de sua receita de impostos em educação e os municípios 20%, embora ainda acontecesse ao mesmo tempo a desresponsabilização do governo pela obrigatoriedade do ensino primário gratuito, estimulando deste modo, o crescimento de instituições que ofertavam educação privada. Esta lei foi revisada em 1971, entretanto não alterou de maneira significativa o quadro da educação nos país.

Em 1996, acontece um marco na educação do Brasil com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) inscrita na Constituição Federal /1988, que define e regulariza o sistema educacional brasileiro tendo como um dos seus objetivos, a colaboração nas atividades acadêmicas e profissionais dos educadores, estudantes e demais trabalhadores desta área. Neste sentido, percebe-se que assim como outras políticas sociais a educação foi marcada por avanços e recuos.

A educação tem hoje um papel fundamental para a promoção ao conhecimento, pois o acesso a esta pode possibilitar a autonomia dos sujeitos sociais, buscando sempre o compromisso fundamental de fazer desta um espaço de lutas e conquistas para que sejam garantidos os direitos dos cidadãos.

Diante dessas prerrogativas, sabe-se que atuação do Serviço Social no campo da Educação surge em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designavam visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, tendo como objetivo principal averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola, as razões da evasão escolar ou a falta de aproveitamento das crianças e a adaptação destas à situação da escola. A mesma prática se desenvolvia na Europa junto ao campo assistencial que atendia as crianças abandonadas ou órfãs, mães solteiras, colocação em lares substitutos ou para adoção e serviços em instituições fechadas.

No Brasil a presença do Serviço Social na área da Educação se faz presente desde a origem dos processos sócio-históricos da profissão. Desde seus primórdios, a atuação dos/as assistentes sociais, tem sido de caráter e cunho educativos principalmente nas chamadas “grandes instituições”, uma vez que, as expressões da “questão social” eram vistas como problema de “educação” e que deveriam ser “tratadas” com a reeducação e o reajustamento da população. Conforme IAMAMOTO e CARVALHO (2011), “as bases da atuação do Serviço Social estarão assim centradas nos casos



individuais, nos lazeres educativos e, principalmente, na educação popular e forma”l. Como podemos verificar, a atuação junto á populações excluídas e marginalizadas, é uma das características que se fazem presente no cotidiano profissional, de acordo com os autores citados anteriormente, a educação popular, foi um instrumento principal da atuação do Serviço Social da Fundação Leão XIII.

É a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do Projeto Ético-Político, que se visualiza um considerável aumento do Serviço Social na Educação, visto que este espaço apresenta diversas demandas para a profissão, desde um trabalho gerencial na elaboração, execução e avaliação de projetos educacionais, bem como na intervenção com os/as usuários frente às complexidades das instituições.

Isto reflete num crescente interesse dos/as assistentes sociais por este espaço sócio-ocupacional, em seu aspecto teórico-metodológico e prático, tanto como objeto de pesquisa, como campo interventivo, sobretudo na esfera pública. Este processo marca o aumento significativo do número de contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias da política educacional, na esfera estadual e nacional. O conjunto CFESS/CRESS, tem debatido sobre essa temática, através do Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação, elaborando documentos e textos para subsidiar esta inserção, a produção mais recente é a brochura “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” que discorre sobre o processo de luta dos profissionais neste campo, justificando e pontuando a importância profissional nesta área, prova do interesse dos/as profissionais por este campo de atuação, é a PLC nº 060/2007, que busca efetivar de forma jurídica a inserção do Serviço Social na Política de Educação.

2 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

De acordo com a lei que regulamenta a profissão de serviço social (Lei nº8662 de 07 de junho de 1993), é definido como competência profissional, escrita no Art.4º: “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no



âmbito da atuação do serviço social com participação da sociedade civil”, e a educação é, portanto, uma política social pública onde o assistente social está inserido.

Discutir a contribuição do Serviço Social para a efetivação do direito a Educação, nos leva de forma obrigatória à temas que atravessam a realidade social, política, econômica e cultural mas que, nem sempre são identificados no dia a dia da instituição.

Dada essa complexidade da realidade social e a crescente percepção de que a escola está inserida neste processo, é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que venham a aproximar a família do contexto escolar.

Acredita-se que o trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais nas escolas é uma estratégia que poderá criar condições para o exercício da cidadania, bem como para o protagonismo e inclusão de crianças, adolescentes e adultos, não apenas no âmbito escolar, mas na sociedade de forma geral. Dessa forma, o Serviço Social vem a ser uma especialidade que colabora junto ao corpo técnico-administrativo e docente ao pensar também na formação continuada, na construção e realização de pesquisas e projetos, e na proposição de espaços de debates temático-transversais.

De acordo com a lei que regulamenta a profissão de serviço social (Lei nº8662 de 07 de junho de 1993), é definida como competência profissional, escrita no Art.4º: “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam no âmbito da atuação do serviço social com participação da sociedade civil”, e a educação é, portanto, uma política social pública onde o assistente social está inserido.

Vale salientar que o Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes; podemos buscar meios para identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto e realizar encaminhamentos aos serviços sociais e assistenciais caso seja necessário para as famílias e estudantes, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Conforme aponta Souza (2005) a profissão que trabalha no sentido educativo pode contribuir proporcionando espaços que resultem em novas discussões, em tomada de consciência, de atitude, trabalhando as relações interpessoais e grupais.



Ainda sobre as mesmas reflexões, SOUZA (2005) afirma que:

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (2005, p.39).

Ao abordar esta relação entre Educação e Serviço Social, Santos (2005) pontua que as contribuições do Serviço Social neste campo são essenciais, e que uma delas é trazer a família para o contexto escolar, pois intervindo na família estes profissionais podem através de sua prática, tornar importante a relação escola-aluno-família. Dessa forma, compreende-se que o Serviço Social possui papel fundamental no âmbito escolar, pois este profissional ao fundamentar sua prática sob estas perspectivas contribui significativamente para dar resolutividade aos problemas sociais destas instituições através de suas respostas profissionais.

Sobre as atribuições do/a Assistente Social na Educação, MARTINS (1999) destaca que elas podem:

“melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da comunidade; contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional” (1999, p.70).

Com isso, podemos evidenciar que a atuação do Serviço Social na Educação contribui para a resolução de problemáticas sociais, as quais possam desdobrar-se em atendimentos sociais aos alunos, suas famílias ou comunidade em geral, na realização de encaminhamentos, informações, orientações, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, dentre outros. Sendo assim, entende-se que para atingir a criança de forma integral, é necessário intervir junto a sua família.

Nos dias atuais, percebemos que as escolas públicas de ensino tem se caracterizado como espaços que vem assumindo compromissos com as classes



trabalhadoras. Nesse contexto, podemos elencar como um desafio importante a ser compreendido pelo Serviço Social a articulação do conhecimento da conjuntura atual. Desta forma, esta ação profissional busca meios de incluir os sujeitos nessa compreensão e intervenção na realidade.

Nesta dimensão compreende-se também que o trabalho desenvolvido pelos profissionais de Serviço Social na educação pode se desempenhado com as mais diversas instâncias das escolas públicas como: Conselhos Escolares, Associação de Pais e Professores grêmios escolares e outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação do Serviço Social no âmbito Educacional possui diversos desafios, dentre os quais está o de construir uma intervenção qualificada, seguindo como norte um dos princípios fundamentais de seu Código de Ética Profissional/1993 o “posicionamento em favor da equidade e da justiça, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

Na atual conjuntura brasileira é relevante considerar que a função educativa da intervenção do assistente social junto às classes subalternas, atende, em sua maioria, as determinações capitalistas, por isso um dos nossos principais objetivos é construir uma ação profissional que ultrapasse as requisições do mercado e nos coloque num patamar diferenciado de diálogo com os sujeitos políticos e com outros profissionais que compõem a classe trabalhadora.

Diante do exposto, compreendemos que a inserção do Serviço Social na Política de Educação, pode se constituir em uma parceria importante que somará esforços para a luta contra a exploração, a opressão, a dominação e a alienação, ou seja, contra o domínio do capital, tendo como tarefa educacional a “transformação social ampla emancipadora”.

De acordo com o documento elaborado em parceria CFESS/CRESS em 2012 a educação pode ser considerada:



Um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano CFESS/CRESS (2012).

Com isso uma intervenção profissional interdisciplinar poderá contribuir com a busca de novos saberes, uma vez que, trabalhar com ações intersetoriais possibilita aos diversos profissionais que atuam com as políticas públicas ampliar seus conhecimentos e realizar mais efetivamente seu trabalho, principalmente quando se atua nas expressões da questão social, que requer do profissional de Serviço Social e dos demais profissionais uma ação articulada de forma que a população usuária tenha o seu direito viabilizado e principalmente direcionar as ações profissionais visando possibilitando o protagonismo dos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. 2003. (Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação, Belo Horizonte, mar. 2003.)

_____. **Educação pública e Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 63, 2000.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. In: Revista Serviço Social & Realidade, Franca, V. 8 N. 1, 1999.

SANTOS, André Michel dos. **A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social**: Trabalhando com grupos. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

_____. **Serviço Social na Educação**: Reflexões acerca das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar. IN: Serviço Social na Educação Perspectivas e Possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.



SILVA, Marcela Mary José da. **O lugar do Serviço Social na Educação**. IN: Serviço Social na Educação Perspectivas e Possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação**: uma questão em debate. In: Revista Interface, Natal, V.2 N. 1., 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raúl de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica – 35.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS/CRESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília, 2012.